

**IMPLEMENTAÇÃO DA LEI LUCAS - LEI Nº 13.722/18 ATRAVÉS DO  
TREINAMENTO EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA PARA PROFISSIONAIS DE  
EDUCAÇÃO, DE UMA ESCOLA EM TRACUATEUA, PARÁ, AMAZÔNIA –  
BRASIL**

Rafaela Santos Rosário<sup>1</sup>  
Luis Basílio Bouza Nunez Junior<sup>2</sup>  
Marcos Ferreira Brabo<sup>3</sup>  
Norma Cristina Vieira<sup>4</sup>

**RESUMO**

A experiência da perda de seu único filho, Lucas, tornou - se o motivo para a mãe, Alessandra Begalli, lutar por uma lei que até então não compunha a legislação brasileira. Lucas Begalli perdeu a vida em uma excursão de sua escola. Motivo da morte: asfixia mecânica por engasgo. A Lei Lucas (Lei Nº 13.722/18, obriga as escolas, públicas e privadas, de educação infantil e básica a se prepararem para atendimentos de primeiros socorros. O objetivo desta pesquisa foi implementar a Lei Lucas através de treinamento em Suporte Básico de Vida para Profissionais em educação em uma escola do município de Tracuateua. A escola foi selecionada por conveniência, cujo o pré-requisito de ainda, não ter implementado a Lei. Grande parte dos profissionais envolvidos nunca havia feito qualquer tipo de treinamento em Suporte básico de vida e não sabiam como agir em situações de emergência, no entanto após o treinamento realizado na escola o cenário foi completamente diferente, os profissionais aprenderam como agir em situações que gerem risco de vida aos alunos e as alunas.

**Palavras-Chave:** Saúde. Educação. Suporte Básico de Vida. Amazônia.

**IMPLEMENTATION OF THE LUCAS LAW - LAW No. 13,722/18 THROUGH TRAINING  
IN BASIC LIFE SUPPORT FOR EDUCATION PROFESSIONALS, AT A SCHOOL IN  
TRACUATEUA, PARÁ, AMAZON- BRAZIL**

**ABSTRACT**

The experience of losing her only son, Lucas, became the reason for her mother, Alessandra Begalli, to fight for a law that until then was not part of Brazilian legislation. Lucas Begalli lost his life on a school trip. Reason for death: mechanical asphyxia due to choking. The Lucas Law (Law No. 13,722/18, obliges public and private schools, of early childhood and basic education, to prepare for first aid care. The objective of this research was to implement the Lucas Law through training in Basic Life Support for Education professionals at a school in the municipality of Tracuateua. The school was selected for convenience, the prerequisite being that it had not yet implemented the Law. Most of the professionals involved had never undergone any type of training in Basic Life Support and They did not know how to act in emergency situations, however after the training carried out at school the scenario was completely different, professionals learned how to act in situations that pose a risk to the lives of students.

**Keywords:** Health. Education. Basic Life Support. Amazon.

**Data de aprovação:** 29.12.2024

---

<sup>1</sup> Instituto de Ciências Médicas- ICM (UFPA). E-mail: clivinhadatitia@gmail.com

<sup>2</sup> Médico, especialista em cardiologia. Professor do curso de medicina da universidade federal do pará (UFPA), perito instituto médico legal do Pará. E-mail: bouzas.net@gmail.com

<sup>3</sup> Engenheiro de pesca, doutor em ciência animal (UFPA) – Campus Bragança, Professor da Faculdade de Engenharia de Pesca, UFPA/Campus de Bragança. E-mail: marcos.brabo@hotmail.com

<sup>4</sup> Pedagoga, doutora em Biologia Ambiental, Professora da Faculdade de Educação (FACED), UFPA/Campus de Bragança e do Programa de Pós-graduação em Linguagem e Saberes da Amazônia. E-mail: normacosta@ufpa.br

## INTRODUÇÃO

O pequeno Lucas Begalli tinha apenas 10 anos quando perdeu a vida em uma excursão, causa mortis: asfixia mecânica<sup>5</sup> e parada cardiorrespiratória (PCR). Ele se engasgou com um pedaço de salsicha do cachorro quente servida no lanche, no entanto não recebeu os primeiros socorros de forma rápida e adequada. Lucas chegou a ser transferido em uma Unidade de Terapia Intensiva – UTI móvel para o hospital, entretanto acabou falecendo. Ele sofreu 7 (sete) paradas cardíacas em 50 minutos de tentativas de ressuscitação. Provavelmente, se houvesse tentativas de reanimá-lo antes da chegada da UTI móvel ele estivesse vivo – o tempo nesses casos é um dos mais importantes fatores para a sobrevivência do paciente.

Por causa do seu filho único, a Lei nº 13.722/2018, se tornou o motivo para Alessandra Begalli, a mãe do menino Lucas se manter viva para continuar lutando por uma causa até então inexistente na legislação brasileira. Ela não se conformou com a situação de morte do filho. Afinal, se houvesse pessoas treinadas na escola – pelo menos para os primeiros socorros – ele poderia ter sido salvo.

A Lei Lucas (13.722/18) foi sancionada dia 04/10/2018. Ela obriga as escolas, públicas e privadas, de educação infantil e básica, a se prepararem para atendimentos de primeiros socorros, as instituições de ensino devem ministrar cursos que capacitem professores e funcionários em noções básicas de primeiros socorros. Ressalta-se que haverá penalidades em caso de descumprimento da lei. A punição se inicia pela notificação do descumprimento da lei. Após isso, pode haver multa e até mesmo a cassação do alvará ou responsabilização patrimonial.

O objetivo da Lei Lucas (Lei 13.722/18) é garantir que todos saibam agir nos primeiros socorros até que a assistência médica especializada chegue ao local. Visando conter altos índices de mortes de crianças devido à falta de treinamento e capacitação para agir em situações de emergência, a nomenclatura da lei foi criada prestando homenagem a Lucas Begalli.

Diante de situações como a de Lucas, temos o chamado Suporte Básico de Vida (SBV) que é conhecido como um atendimento inicial para situações de emergência, voltado para pessoas leigas e profissionais em saúde para que possam colaborar nos primeiros momentos de emergência. As condutas de Suporte Básico de Vida (SBV) são definidas como ações iniciais ofertadas por pessoas treinadas às vítimas acometidas por mal súbito, acidentes e/ou em risco iminente de morte. (EVERETT, 2016). Assim, entende-se que o Suporte Básico de Vida (SBV), é o conjunto de medidas e procedimentos básicos que objetivam o suporte de vida à vítima.

O primeiro atendimento realizado em situações de emergência é o SBV, essencial para diminuir algumas complicações e prevenir sequelas até que o socorro especializado chegue para prestar atendimento e encaminhar ao hospital mais próximo. No SBV estão incluídas, as manobras de Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) nas vítimas em Parada Cardiorrespiratória (PCR), a desfibrilação por meio dos Desfibriladores Externos Automáticos (DEA) e as manobras de desobstrução de vias aéreas devido a corpo estranho (OVACE) através da manobra de Heimlich + RCP.

A reanimação cardiopulmonar (RCP) ou reanimação cardiorrespiratória (RCR) é um conjunto de manobras destinadas a garantir a oxigenação dos órgãos quando a circulação do sangue de uma pessoa para de funcionar (parada cardiorrespiratória).

O Desfibrilador Automático Externo (DEA), é um aparelho que diagnostica o ritmo elétrico do coração e sugere a aplicação do choque, se usa comandos verbais e de sinais sonoros, realiza Desfibrilação precoce e diagnóstico automático. Qualquer pessoa treinada pode utilizá-lo, em toda situação de reanimação, é importante avaliar nível de consciência, pedir ajuda 192

---

<sup>5</sup> Asfixia por obstrução das vias respiratórias com obstáculos à passagem do ar – narina, boca, laringe.

ou 193 e iniciar RCP. Não podemos tocar no doente quando o DEA estiver avaliando o ritmo cardíaco, o toque interfere com a leitura e a interpretação.

Obstrução de vias aéreas por corpo estranho (OVACE) consiste na obstrução de vias aéreas causada por aspiração de corpo estranho, geralmente localizado na laringe ou traqueia. Ao prestar atendimento a uma pessoa com OVACE, deve – se classificar o grau de obstrução e em seguida realizar manobras de desobstrução, conforme a faixa etária. Obstrução leve: capacidade de responder, tossir e respirar preservadas; Obstrução severa: vítima consciente ou inconsciente, não consegue respirar ou apresenta ruídos à respiração e/ou tosse silenciosa.

Para desobstrução de vias áreas por corpo estranho, temos a manobra de Heimlich (tração abdominal) é um procedimento rápido de primeiros socorros para tratar asfixia por obstrução das vias respiratórias superiores por corpo estranho, tipicamente alimentos ou brinquedos. Se necessário, pode-se utilizar também compressões torácicas e percussão nas costas.

A escola é o segundo local com mais ocorrências de acidentes, ocorrendo principalmente em creches e pré-escolares, com idades de 0 a 6 anos. Contribuindo para este estudo alguns achados de uma pesquisa realizada pela ex-chefe de enfermagem Shirley Rangel Gomes, do Hospital São Camilo, de São Paulo, revela um dado alarmante, em 62,3% dos casos atendidos no Hospital, o local em que se deram os acidentes envolvendo crianças foi sua própria casa ou a de parentes e a escola desponta como o segundo palco dos acidentes infantis: 15,7%.seguida da rua, onde ocorrem 11,1% dos casos (MARCHIORI; CHIABAI, 2007).

A incidência de intercorrências como a parada cardiorrespiratória (PCR) na infância gera dilemas e discussões pelo fato de não ser evitável e da deficiência da assistência de qualidade dentro das escolas e fora delas, o que visibiliza a necessidade de formação inicial e contínua para os profissionais da educação voltada para a saúde, de forma que diminua ou evite qualquer situação que ofereça riscos aos alunos, sobretudo crianças e adolescentes.

Engargos, quedas e a PCR são agravos comuns, e requerem assistência ágil e eficaz, além da responsabilidade legal que a unidade escolar tem para o alunado nas situações de emergência. Contudo, as principais causas de mortes em crianças e adolescentes na faixa etária de 01 a 14 anos são acidentes, gerando um preocupante problema de saúde pública (CRIANÇA SEGURA, 2018).

As experiências vivenciadas em atendimento de emergência ou treinamento para escolas pode contribuir para o salvamento de vidas, amenizar sequelas além de proporcionar conhecimento técnico para servidores e educadores para o atendimento básico de situações de emergência.

A pesquisa foi realizada com profissionais em educação na E.E.E.I Francisco Nascimento, na parte rural do município de Tracuateua, no estado do Pará, durante o ano de 2023. A escola foi selecionada por conveniência, cujo pré-requisitos de ainda, não ter implementado a Lei Lucas, Lei 13.722/2018, e estar sob administração municipal, em período matutino e vespertino. A sequência da aplicação da intervenção seguiu a ordem de aceitação em participar da pesquisa.

E por tratar-se de uma escola pólo, onde a amplitude de Treinamento em Suporte Básicos de vida poderá ser disseminada de forma a alcançar um número relevante de servidores treinados para eventuais necessidades. Esta instituição de ensino, local de pesquisa compõem um Pólo com mais 5 escolas anexas, deste modo, o acesso a treinamentos para ao menos a base do corpo docente do Pólo contribuirá significativamente para o conhecimento e implementação da Lei Lucas no município de Tracuateua.

A escola torna-se um espaço privilegiado para práticas de educação à saúde e prevenção de agravos, sendo necessário despertar em cada indivíduo a capacidade para enfrentar problemas do cotidiano, com estímulos a atitudes e comportamentos adequados para a melhoria da qualidade de vida da comunidade escolar (BRASIL, 2011). O Estado, através de suas

instituições, precisa garantir meios de práticas formativas para todos que fazem parte do universo escolar, objetivando reduzir possíveis acidentes que levem a perda de uma vida.

A legislação Brasileira nos indica os agentes responsáveis pela proteção efetiva e integral das crianças e dos adolescentes e as formas de amparo legal, considerando ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com prioridade “a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990).

O cumprimento da lei torna-se determinante para o adequamento da vida escolar dos indivíduos, proporcionando que funcionários de escolas, creches, berçários públicos e particulares e estabelecimentos de recreação infantil tenham conhecimentos básicos de primeiros socorros e que possam modificar histórias de vida.

Diante da situação vivenciada pela família Begalli, alguns questionamentos norteiam esta pesquisa: Como implementar a Lei Lucas através do treinamento em Suporte Básico de vida para Profissionais em educação em uma escola, em Tracuateua – PA? Como podemos avaliar o grau de informações acerca dos suportes básicos de vida por esses profissionais? Como podemos apresentar as manobras de Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) nas vítimas em Parada Cardiorrespiratória (PCR), a desfibrilação por meio dos Desfibriladores Externos Automáticos (DEA), as manobras e desobstrução de vias aéreas devido a corpo estranho e como reavaliar o resultado do conhecimento teórico-prático adquirido através do treinamento em Suporte Básico de Vida, antes e após o ensino de SBV aos profissionais em educação do município de Tracuateua?

Buscando suprir as indagações deste estudos nosso principal objetivo foi Implementar a Lei Lucas (Lei Nº13.722/2018) através de treinamento em Suporte Básico de Vida para Profissionais em educação, avaliar o grau de informações acerca dos suportes básicos de vida com base em questionários fornecidos a esses profissionais, apresentar as manobras de desobstrução de vias aéreas devido a corpo estranho, apresentar as manobras de Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) nas vítimas em Parada Cardiorrespiratória (PCR), e a desfibrilação por meio dos Desfibriladores Externos Automáticos (DEA).

Destaca-se também o propósito a promoção de educação comunitária escolar em saúde, com foco na prevenção e manejo de emergências no espaço escolar, notadamente, a OVACE.

## 1 METODOLOGIA

Para início deste estudo, realizamos uma análise documental e bibliográfica, na qual tivemos como embasamento na sequência proposta por Pimentel (2001), tendo como primeira prática a busca de fontes para a organização do material, e como segundo procedimento a análise documental e bibliográfica em si, para melhor compreensão da trajetória da Lei desde sua elaboração, tramitação e, por fim, chegando à sua implementação.

Nessa linha metodológica os documentos pesquisados não são “um objeto para consumo passivo, mas um objeto a ser trabalhado pelo pesquisador para produzir sentido” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005).

Serão apresentados, com metodologia descritiva, os resultados deste estudo e da efetividade das oficinas realizada a partir da aplicação de questionário de conhecimentos, pré e pós-intervenção. As dinâmicas oferecidas pela pesquisa contemplaram atividades teóricas e práticas relacionadas ao reconhecimento e manejo de OVACE, assim como a sugestão da produção de instrumentos de educação em saúde, tais como banners e cartilhas informativas voltadas à comunidade escolar.

Como já relatado para coleta dos dados da pesquisa, utilizou-se questionários, em que o grupo experimental foi o seu próprio controle e apresentou seu conhecimento acerca da Lei

Lucas, Lei 13.722/2018 através do SBV na E.E.I.F. Francisco Nascimento. Parte das respostas do questionário foi organizada em gráficos.

A pesquisa foi realizada com profissionais em educação em uma escola rural do município de Tracuateua, no estado do Pará, durante o ano de 2023. A escola localiza-se na comunidade tradicional de Santa Maria, 6 km da sede do município. A escolha desta escola para este estudo deu-se por conveniência, cujo o pré-requisitos de ainda, não ter implementado a Lei Lucas, Lei 13.722/2018, e estar sob administração municipal, em período matutino e vespertino. A sequência da aplicação da intervenção seguiu a ordem de aceitação em participar da pesquisa.

O primeiro contato com a escola foi realizado diretamente com a direção escolar para definição de data e horário para a realização de oficinas dentro do espaço físico da própria escola. Os encontros foram realizados ao longo do ano de 2023 com periodicidade semestral.

A escola Pólo EMEIF FRANCISCO NASCIMENTO possui a seguinte estrutura: quantidade de salas: 04, cozinha: 01, secretaria: 01, sala de leitura: 01, banheiro: 03, hall de entrada: 01 e o número de profissionais: 30.

Conta ainda com 4 escolas anexas com os seguintes dados: EIMEIF Maria Lucimar, salas: 04, cozinha: 01, sala de leitura: 01, banheiro: 04, hall de entrada: 01, número de profissionais: 05 / EMEIF Antônio Rosa, salas: 02, cozinha: 01, sala de leitura: 01, banheiro: 03, hall de entrada: 01, número de profissionais: 06/ EMEIF João Florêncio de Sousa, salas: 01, cozinha: 01, sala de leitura: 01, banheiro: 02, depósito: 01, hall de entrada: 01, número de profissionais: 04 / EMEIF Guilhermina Maia, salas: 01, cozinha: 01, área: 01, banheiro: 02, número de profissionais: 02 / EMEIF João de Deus Rosa Reis, salas: 02 , cozinha: 01, área lavanderia: 01, refeitório: 01, secretaria: 01, banheiro: 02, hall de entrada: 01, número de profissionais: 03.

As escolas anexas no primeiro momento da pesquisa não foram inclusas, devido à dificuldade de acesso dos profissionais em relação a horários e deslocamento para a escola pólo. Vale salientar, as escolas anexas localizam-se em comunidades diferentes da escola pólo e o acesso entre elas, quase sempre é complexo, principalmente devido as condições das estradas vicinais.

Em junho de 2023, foi apresentada a escola, a proposta da IMPLEMENTAÇÃO DA LEI LUCAS - LEI Nº 13.722/18 ATRAVÉS DO TREINAMENTO EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA PARA PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO. Neste primeiro momento, foram distribuídos entre os profissionais da escola, questionários pré- formulados para verificação do conhecimento de cada educador acerca do assunto abordado.

Em dezembro de 2023, houve a execução da IMPLEMENTAÇÃO DA LEI LUCAS - LEI Nº 13.722/18 ATRAVÉS DO TREINAMENTO EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA PARA PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO realizada através de uma Oficina que teve duração aproximada de duas horas tendo como moderadora, uma discente do curso de Medicina da Universidade Federal do Pará no 10ª período do curso, sob orientação do preceptor da pesquisa. O treinamento contemplou os aspectos teóricos (com a projeção em multimídia) e práticos (por meio de simulações) referentes às ações a serem realizadas em diferentes situações tais como: asfixia por OVACE, RCP e PCR, além da distribuição de questionários durante os treinamentos para verificação do conhecimento adquirido pelos profissionais. Houve registro da oficina e as imagens utilizadas na pesquisa foi autorizada pelos/as participantes.

O Ministério da Saúde (2003) define primeiros socorros como os cuidados imediatos que devem ser realizados a vítima de acidente ou de mal súbito a fim de manter as funções vitais e evitar o agravamento de suas condições, aplicando medidas e procedimentos até a chegada de assistência qualificada.

A conduta sugerida pelo Ministério da saúde foi bastante esclarecedora para que as principais dúvidas fossem sanadas e simuladas, focando no aprendizado dos profissionais ali presentes.

O grupo de funcionários da escola são denominados profissionais em Educação, para esta pesquisa foram respeitados os aspectos éticos da pesquisa, conforme a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, sem possibilidade de identificação individual. Além disso, já se obteve o consentimento da instituição envolvida para o desenvolvimento das atividades.

**Figura1:** Profissionais em Educação – Treinamento em SBV (EMEIF Francisco Nascimento, 2023)



Fonte: Acervo Pessoal.

## 2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A lei Lucas Nº 13.772/2018 foi aprovada com o propósito de exigir a capacitação de todos os profissionais de educação sobre primeiros socorros. Algo que antes não era obrigatório nas escolas brasileiras, mas apesar disso, a execução da lei Lucas ainda está em processo de implementação em muitos lugares.

Muitos desconhecem que o sancionamento desta lei veio a partir do sofrimento de uma mãe, que tem transformado esse sentimento em uma luta contínua. Como se sabe, Alessandra Begalli buscou forças para que a lei 13.722/2018 fosse criada com o objetivo de salvar outras crianças, evitando o acidente que ocorreu com seu único filho Lucas, em 2017, durante um passeio na escola.

Acreditamos que através da formação de profissionais em educação na EMEIF FRANCISCO NASCIMENTO sobre Suporte Básico de Vida, no município de Tracuateua, demonstrou significativa as ações de prevenção para toda comunidade escolar, não apenas nesta escola, mas em todo o sistema de ensino municipal. Isto porque os professores que participaram da formação sofrem mobilidade, em grande medida, entre um ano letivo e outro, em diferentes escolas dentro da rede municipal.

Não se pode negar a importância desta lei, sobre a própria segurança do trabalho, quando refere que qualquer profissional da educação precisa ter em seu currículo capacitação de primeiros socorros, haja vista que os primeiros socorros são atividades determinantes e fundamentais no atendimento inicial de pessoas até a chegada da ajuda especializada.

No caso como o de Lucas Begalli a aplicação da manobra de Heimlich, evitaria quem sabe a parada cardiorrespiratória, e o ajudaria até a chegada de ajuda especializada. Assim a Lei Lucas, Lei 13.772/2018, contribui significativamente para mais cuidado nas escolas, fazendo

com que todos os profissionais se tornem aptos a socorrer uma pessoa durante um acidente no ambiente escolar.

É importante ressaltar que a lei dispõe que todos funcionários e profissionais de espaços de infância e escolas possuam treinamento sobre técnicas de primeiros socorros e o mesmo se repita a cada dois anos; a lei serve para escolas públicas ou privadas, todos os estabelecimentos precisam contar com kit de primeiros socorros em sua instalação; os kits precisam ficar em um local visível assim como a certificação que comprove a realização da capacitação dos profissionais; e o não cumprimento da determinação poderá acarretar multa e até mesmo cassação do alvará escolar caso o não cumprimento seja recorrente.

Antes da realização da oficina na escola Francisco Nascimento, foi aplicado um questionário aos profissionais que atuam na referida escola, no intuito de compreender o perfil do grupo, sobretudo tempo de profissão e a diagnose sobre as questões que atravessam a pesquisa: Suporte Básico de Vida e seus elementos.

No grupo de profissionais da escola Francisco Nascimento, a maioria destes possui mais de 15 anos de profissão, trata-se aqui de um público jovem e com experiência na Educação Básica, o que nos permite avaliar que a formação destes sendo extremamente relevante para o ensino e aprendizagem no contexto escolar.

Sobre a participação em algum treinamento sobre Suporte Básico de Vida, todos os profissionais em educação da escola responderam que nunca participaram de qualquer treinamento sobre Suporte Básico de Vida, vale destacar que dos 30 profissionais da escola pólo apenas 13 responderam os questionários antes e depois das oficinas teórico-práticas, bem como participaram das mesmas.

Quanto a importância da massagem cardíaca, 12 profissionais citaram reconhecer ser fundamental a massagem cardíaca e apenas 1 não respondeu.

Quanto a realização de técnicas de Suporte Básico de Vida com alunos na escola, os educadores relataram, que até o momento nunca foram necessárias, embora todos os profissionais acreditem que seja importantíssima a introdução de treinamento de Suporte Básico de Vida nas escolas, no currículo escolar. Citaram ainda não haver na unidade escolar projeto ou qualquer ação que abordasse sobre o ensino de Suporte Básico de Vida, assim como não se sentiam preparados para agirem em alguma situação de emergência.

Segundo Fiorin (2008), espera-se que os docentes levem os discentes a refletirem sobre a aplicabilidade dos conceitos que aprendem. Os métodos pedagógicos deveriam conter estratégias baseadas em interligar conceitos de diferentes disciplinas. Porém, a realidade é que grande parte dos educadores perpassam verdades isoladas e simplificadas, tratando as disciplinas de formas separadas. Por conta disto, é de grande preocupação a formação docente e a carência de uma revisão no currículo estudantil (PIRES, 1998).

Após o treinamento em SBV, os profissionais reforçaram que gostariam de ter a oportunidade para realizar treinamento sobre suporte básico de vida. Embora todos respondessem que saberiam reconhecer uma pessoa vítima de engasgo, a grande maioria não saberia o que fazer para socorrer uma pessoa sufocada ou engasgada, outros disseram que chamariam o Serviço de Atendimento Médico de urgência – SAMU. Dos profissionais entrevistados, apenas 05 (cinco) disseram que fariam massagem cardíaca em uma pessoa desconhecida e desacordada, outros 08 (oito) relataram que não fariam, mas consideraram fundamental saber fazer massagem cardíaca.

Relataram por unanimidade, não saber reconhecer uma vítima com Parada Cardíaca e nem como maneja-la para que se pudesse realizar a massagem cardíaca de forma correta, nem o local do corpo adequado para se realizar a massagem, nem a quantidade de vezes se realiza a massagem cardíaca e em que tipo de situação deverá ser utilizado o desfibrilador externo automático, conhecido como DEA.

de conhecimento dos Ressalta -se que estes manejos são poucos conhecidos dentro da comunidade escolar, a própria Secretaria de Saúde Municipal não disponibilizava de um DEA, bem como nunca disponibilizou treinamento específico para a comunidade escolar, em parceria com a Secretaria de Educação Municipal.

É reduzido o número de escolas públicas com equipes treinadas para prestar atendimento de primeiros socorros, entre os quais destaca-se a reanimação cardiopulmonar. (TINOCO, REIS e FREITAS, 2014). Além disso as dificuldades no manejo em casos de acidentes escolares são confirmadas na literatura pela deficiência de conhecimentos pelos professores sobre as condutas corretas a serem tomadas nas diferentes situações. (SILVA, 2017).

Os autores acima, corroboram a necessidade do treinamento desses profissionais em todas as redes de ensino, no que diz respeito a prática de primeiros socorros, tornando a prática algo que deva ser incluído permanentemente na proposta pedagógica escolar e na formação de profissionais da educação infantil ao fundamental.

Diante da falta profissionais que atuam na rede educacional, mais difícil será a reversão da situação-problema em casos de acidentes (LEITE, 2018). Significa dizer que, o profissional de educação, sem o devido preparo, pode atuar na prestação da assistência e adotar condutas inadequadas, as quais poderão agravar ainda mais o caso.

Após o Treinamento em Suporte Básico de Vida, os profissionais em Educação realizaram perguntas e tiraram dúvidas sobre Manobras de desobstrução de vias aéreas por corpos estranhos (OVACE), Ressuscitação Cardio Respiratória em casos de Paradas Cardiorrespiratória, Compressões Torácicas e Abdominais, assim como foi perceptível observarmos a segurança demonstrada durante as simulações após o treinamento.

É importante destacar que a grande maioria dos profissionais da Escola Francisco Nascimento desconhecia a Lei Lucas, nº 13.722/2018 bem como Suportes Básicos de Vidas. Após Apresentação teórica e a Oficina de Treinamento em Suporte Básico de Vida, o conhecimento e a prática de simulações em Primeiros socorros foram fundamentais para a segurança em situações de emergências. Foram realizadas 2 oficinas práticas, com 120 minutos.

Na parte teórica apresentada no início da Oficina foram apresentados os conceitos de: Suportes Básicos de Vida, Parada Cardio Respiratórias, Ressuscitação Cardio Respiratória, a Lei nº 13.722/2018, Manobras de desobstrução de Vias áreas, com 23 participantes.

**Figura 2:** Profissionais em Educação – Apresentação Teórica sobre em SBV (EMEIF Francisco Nascimento, 2023).



Fonte: Acervo Pessoal.



**Figura 3:** Profissionais em Educação – Treinamento em SBV com simulação, (EMEIF Francisco Nascimento, 2023).



Fonte: Acervo Pessoal.

**Figuras 4 e 5:** Profissionais em Educação – Treinamento em SBV, simulação de Compressões e Reanimação de Parada Cardiorrespiratória em Lactentes e Crianças. (EMEIF Francisco Nascimento, 2023),



Fonte: Acervo Pessoal.

O profissional ao se ver diante da sua responsabilidade precisa adquirir saberes que possam auxiliá-lo com maior resolutividade no enfrentamento de emergências que possam vir acontecer. Uma vez que a falta de conhecimento e de preparo nos leva muitas vezes ao desespero e a sensação de impotência, principalmente o sentimento de culpa, pois procedimentos ineficazes ou até mesmo a falta de ação podem provocar complicações como a omissão de socorro ou má manipulação da vítima.

Um dos principais fatores dificultadores da pesquisa deu-se devido a compatibilidade de horários em que os funcionários da escola estariam reunidos, coincidindo com a disponibilidade de datas e horários para a realização das oficinas teórico-práticas.

Um outro entrave foi o uso do espaço e da estrutura física da escola para as capacitações, as salas de aula eram pequenas, não havia auditório e assim tudo ocorreu em pátio externo,

prejudicando a projeção dos slides e o preenchimento do questionário devido à baixa iluminação.

Por outro lado, no que diz respeito aos fatores positivos, destaca-se o interesse da direção do pólo escolar em trabalhar o tema e aceitar de imediato a proposta para o treinamento, mais ainda pelo fato de que poucas ou nenhuma outra escola do sistema municipal já havia recebido capacitação prévia semelhante sobre SBV.

Durante as oficinas, os participantes mostraram-se muito interessados em desenvolver seus conhecimentos sobre primeiros socorros, o que representou um fator determinante para enriquecer pesquisa e a interação diante das práticas entre os profissionais participantes. Foi proporcionado trocas de experiências entre os funcionários, além de contribuir para a consolidação de relações de afeto e respeito mútuo no ambiente de trabalho, todos relatando o grande momento de aprendizado, reconhecendo a importância da abordagem da temática e demonstrando maior confiança e preparo para atuar diante de casos OVACE, PCR e RCP.

Assim, a formação voltada aos primeiros socorros e a sensibilização para a necessidade e seriedade relacionadas a implementação da lei Lucas, tornam-se indispensáveis aos profissionais em educação, para que em momentos que exijam intervenção, estejam seguros e possam atuar com preparo técnico, coerência e equilíbrio de suas emoções, ajudando a vítima de forma correta até a chegada de ajuda especializada.

### 3 CONCLUSÃO

O profissional em educação em escolas de educação infantil e básicas, assume o risco de acidentes, pois a faixa etária atendida nas instituições de ensino é marcada pela inserção da criança na sociedade. O aluno busca explorar suas potencialidades e há um aumento dos riscos de várias outras ocorrências dentro e fora do ambiente escolar. No entanto, isso não pode ser indicativo como uma falha ou deficiência da escola.

Entender como devemos cuidar e educar vai além dos números ou estatísticas apresentadas. Todos nós, pais, mães, sociedade em geral e profissionais em educação somos atingidos pelos acidentes onde crianças estão envolvidas, todas as vezes que ocorre um acidente, um registro, um óbito no cotidiano que envolva a comunidade escolar nossas vidas são fortemente afetadas.

É fundamental mobilizarmos a comunidade escolar, realizarmos acolhimento, treinarmos para situações que nos exijam cuidados e encaminhamentos para as mais variadas ocorrências.

Treinamento de Suportes Básicos de vida, para sabermos como agir em ambiente escolar é um fator contribuinte para a estatísticas dos acidentes. Embora saibamos que infelizmente não é possível afastar tais ocorrências, isso significa dizer que se esperam alguns incidentes ou acidentes provenientes da exploração e descoberta do mundo por nossas crianças.

Mas é importante que a escola também assuma seu papel como responsável a observar e prever possíveis situações que coloquem em risco a integridade física crianças, bem como a movimentação que está acontecendo em volta delas e como podemos estar disponíveis para agir em caso de uma necessária intervenção.

Devemos estar preparados para aguçarmos o olhar de educador, facilitando a identificação de situações de risco e um trabalho preventivo no cuidado das crianças. É de suma importância que ocorra um bom planejamento e o apoio de auxiliares para execução de treinamentos e atividade, bem como parcerias no que diz respeito a realização de projetos, treinamentos ou palestras acerca do tema saúde e educação.

Ressaltamos que todas as decisões devem ser acompanhadas por muita prudência, com a avaliação dos riscos e a real necessidade de desenvolver qualquer atividade e conteúdo na Educação Infantil ou básica.

Nesse sentido, acredita-se que a pesquisa tenha alcançado seus objetivos, com a ressalva de que, trabalhos como este devam ser permanentes junto ao público abordado. As capacitações periódicas alcançarão resultados sólidos quanto à eficiência no manejo de emergências, se tornaram-se uma prática cotidiana no ambiente escolar.

Nesse contexto, também se destaca como parte fundamental do processo de aprendizado a relevância do eixo da comunicação dentro das iniciativas extensionistas, no que se refere ao diálogo com outros agentes sociais, citamos escolas, Secretarias Municipais de Saúde e Educação e em relação com seus públicos de intervenção, alunos, familiares e os profissionais em educação.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018**. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13722.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13722.htm). Acesso em: 05 agosto 2022.
- BRASIL, Ministério da Saúde e da Educação. **Passo a Passo – Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersectorialidade**. Brasília (DF): Ministério da Saúde e da Educação;2011 46p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Primeiros Socorros. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz**; 2003.
- CRIANÇA SEGURA BRASIL. **Relatório institucional 2015/2016. São Paulo: Criança segura, 2018**. Disponível em: <https://criancasegura.org.br/wp-content/uploads/2020/12/relatorio-institucional-crianca-segura-2015-2016.pdf>. Acesso em: 05 agosto 2022.
- EVERETT-THOMAS R, Yero-Aguayo M, Valdes B, Valdes G, Shekhter I, Rosen LF, et al. **An assessment of CPR skills using simulation: Are first responders prepared to save lives?** Nurse Educ Pract. 2016;19:58-62. doi: 10.1016/j.nepr.2016.05.003
- FIORIN, J. L. **Linguagem e interdisciplinaridade**. Alea Estudos Neolatinos, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 29-53, 2008.
- LEITE HSN, Bonfim CR, Formiga HJB, Ferreira AM, Barbosa ABA, Martins ENX. **Primeiros Socorros na Escola: conhecimentos da equipe que compõe a gestão educacional**. Temas em Saúde. 2018: 290-312.
- MARCHIORI, A. F. & CHIABAI, E. M. **Saberes Necessários ao Profissional da Educação Infantil: docência em Educação Física**. In: I Seminário dos Dinamizadores de Artes e Educação Física da Rede Municipal de Vitória, 2007, Vitória. Anais... Vitória, CEFD/UFES: 2007.
- PIMENTEL, A. **O método da análise documental: Seu uso numa pesquisa historiográfica**. Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

PIRES, M. F. C. **Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no ensino.** Interface, Botucatu, v.2, n.2, p. 01, 1998.

RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016, Art. 1º Esta **Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.**

SHIROMA, E.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. **Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico--metodológicos para análise de documentos. Dossiê - Políticas públicas e Educação no Contexto da Globalização.** v. 23, n. 2, 2005.

SILVA LGS, Costa JB, Furtado LGS, Tavares JB, Costa JLD. **Primeiros socorros e prevenção de acidentes no ambiente escolar: intervenção em unidade de ensino.** Enferm. Tipo de trabalho: Trabalho completo 12 Foco. 2017; 8(3):25-9

TINOCO, VA, Reis MMT, Freitas LN. **O enfermeiro promovendo saúde como educador escolar: atuando em primeiros socorros.** Revista Transformar. 2014; 6.